

1 No dia 26 de abril de 2017, na sala de reuniões CT-01 do 1º andar do Edifício Marie
2 Prendi Cruz, sito à SEPN 505 Lote 02 Bloco B, em Brasília-DF, foi realizada a 62ª
3 Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO. Estavam
4 presentes os seguintes membros da Comissão: o Sr. **Ugo Eichler Vercillo** (Titular),
5 Diretor do Departamento de Conservação e Manejo de Espécies do Ministério do Meio
6 Ambiente - MMA, o Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** (Suplente), Diretor do
7 Departamento de Ecossistemas do MMA; a Sra. **Marília Marques Guimarães Marini**
8 (Suplente), Gerente do Departamento de Conservação e Manejo de Espécies do MMA; a
9 Sra. **Patrícia Metzler Saraiva** (Titular), representante do Ministério da Agricultura,
10 Pecuária e Abastecimento - MAPA; a Sra. **Raquel de Oliveira Alves** (Suplente),
11 representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG; o Sr.
12 **Carlos Eduardo de Matos Bicudo** (Titular), representante da Academia Brasileira de
13 Ciência - ABC, as Sras. **Marcia Chame** (Titular) e **Leandra Lofego Rodrigues**
14 (Suplente), representantes do Ministério da Saúde - MS; a Sra. **Elisa Romano**, (Suplente),
15 representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI; a Sra. **Maria Izabel Soares**
16 **Gomes** (Suplente), representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
17 Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; o Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho**
18 (Suplente), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
19 Como ouvintes, a Sra. **Renata Medeiros dos Santos**, representante da CNI; o Sr. **Bruno**
20 **Martinelli**, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e
21 Comunicações – MCTIC; o Sr. **Rodrigo C. A. Lima**, representante da empresa
22 Agroícone/IBÁ; o Sr. **Alberto Marques Santos**, representante do Sindicato de
23 Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; a Sra. **Bellkys Rodrigues de Miranda**,
24 representante da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia –
25 ABIAPE e a Sra. **Lauren Couto Brandi**, representante da Patri. Também participaram
26 desta reunião a Sra. **Iona'i Moura**, analista do Ministério do Meio Ambiente e a Sra.
27 **Camila Steiner**, da Secretaria Executiva da CONABIO. Os itens da Pauta e as respectivas
28 deliberações encontram-se abaixo registrados.

29

30 **A pauta da reunião compreendeu os seguintes itens:**

31 1. ABERTURA;

32 2. APROVAÇÃO DA PAUTA;

33 3. APROVAÇÃO DAS ATAS DA 60ª E 61ª REUNIÕES ORDINÁRIAS;

34 4. INFORMES;

35 4.1. Áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade;

36 4.2. Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos –
37 IPBES;

38 4.3. Estratégia e Plano Nacional para Biodiversidade – EPANB.

39 5. DELIBERAÇÃO:

40 5.1. Avaliação das Câmaras Técnicas como ambiente de debate.

41 6. ENCERRAMENTO.

42

43 **Relato:**

44

45 1. ABERTURA

46 2. APROVAÇÃO DA PAUTA

47 O Diretor do Departamento de Conservação e Manejo de Espécies do MMA, Sr. **Ugo**
48 **Eichler Vercillo**, abriu a reunião, informando ter recebido, de alguns membros,
49 solicitação para inverter a ordem da pauta, dos itens 4 e 5: as deliberações sobre as
50 Câmaras Técnicas pela manhã e os informes, à tarde. A Sra. **Raquel de Oliveira Alves** –

51 MPDG, solicitou incluir um informe sobre o BIOFIN – Iniciativa Brasileira de Finanças
52 para a Biodiversidade. Os membros aprovaram as alterações na pauta, que ficou
53 estruturada da seguinte forma:

54 MANHÃ

55 1. ABERTURA

56 2. APROVAÇÃO DA PAUTA DO DIA

57 3. APROVAÇÃO DAS ATAS DA 60ª E 61ª REUNIÕES ORDINÁRIAS

58 4. DELIBERAÇÃO:

59 4.1 Avaliação das Câmaras Técnicas como ambiente de debate.

60 a) Câmara Técnica de Espécies Ameaçadas de Extinção - EAE;

61 b) Câmara Técnica de Espécies Exóticas Invasoras - EEI;

62 c) Câmara Técnica da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade -
63 EPANB

64 5. INFORMES:

65 5.1 Áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade;

66 TARDE

67 5.2 BIOFIN – Iniciativa Brasileira de Finanças para a Biodiversidade;

68 5.3 Estratégia e Plano Nacional para Biodiversidade – EPANB;

69 5.4 Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos –
70 IPBES.

71 6. ENCERRAMENTO.

72

73 **3. APROVAÇÃO DAS ATAS DA 60ª E 61ª REUNIÕES ORDINÁRIAS**

74 As atas foram aprovadas pelos membros. As alterações sugeridas pela Sra. **Patrícia**
75 **Metzler Saraiva** – MAPA, sobre a Ata da 61ª Reunião Ordinária, foram aceitas e
76 incluídas.

77

78 **4. DELIBERAÇÃO:**

79 **4.1.** Avaliação das Câmaras Técnicas como ambiente de debate

80 **a)** Câmara Técnica de Espécies Ameaçadas de Extinção - CTEAE:

81 Consenso sobre o escopo proposto. Foi reforçado pela Sra. **Marcia Chame** – MS, a
82 importância da participação de outras entidades no processo de elaboração além do JBRJ
83 e ICMBio e destacou a necessidade de debate sobre o texto para aperfeiçoamento da
84 redação proposta. Houve melhorias nos artigos 1º, 2º e 3º. Texto com as alterações
85 aprovadas na plenária, anexado.

86 **b)** Câmara Técnica de Espécies Exóticas Invasoras - CTEEI:

87 Consenso sobre o escopo proposto. Melhoria nos artigos 1º, 2º e 5º. A Sra. **Marcia**
88 **Chame** – MS opinou sobre a relevância das entidades indicadas a participar das Câmaras
89 Técnicas. Enfatizou que devem contribuir de forma efetiva e, principalmente, técnica, nos
90 assuntos tratados na CT. Texto com as alterações, anexado.

91 **c)** Câmara Técnica da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade –
92 CTEPANB:

93 Após iniciada a leitura do objetivo, função e resultados previstos, a Sra. **Marcia Chame**
94 – MS questionou sobre a existência da Câmara Técnica da EPANB, já que existe o
95 PainelBio que, na sua opinião, já faz esse suporte para tratar da EPANB. Também
96 reforçou, repetindo contribuições em reuniões anteriores, que a CONABIO deve exercer
97 seu papel, discutindo e trabalhando em cima de assuntos para os quais ela foi criada.
98 Acrescentou ainda, que as reuniões não devem acontecer apenas para os membros
99 assistirem apresentações. A Sra. **Marília Marques Guimarães Marini** – MMA
100 esclareceu que a intenção da retomada das atividades das Câmaras Técnicas é justamente

101 esta, reativar o papel da CONABIO. A Sra. **Iona'i Moura** – MMA explicou que o
102 PainelBio serve como um ambiente para fornecer propostas e proposições e a CONABIO
103 seria uma instância mais decisória. Em relação à Câmara Técnica, ela mencionou que a
104 proposta teria saído de uma reunião da CONABIO, em julho passado. Reforçou que cabe
105 aos membros a avaliação de retomar ou não a discussão sobre este assunto numa CT ou
106 nas reuniões ordinárias, normalmente. A Sra. **Marcia Chame** – MS lembrou que a
107 elaboração da Estratégia foi feita pela CONABIO, pela plenária. Acrescentou ainda, que
108 acredita que deve-se retomar este trabalho dentro da plenária e receber do PainelBio as
109 contribuições advindas das instituições que dele participam. Também mencionou que
110 seria interessante avaliar o trabalho da consultoria existente na EPANB. O Sr. **João**
111 **Carlos de Petribu de Carli Filho** – CNA criticou que objetivos e resultados da proposta
112 da CT não estão de acordo. A Sra. **Elisa Romano** – CNI, lembrou que a CONABIO
113 construiu a primeira proposta da Estratégia, diferente da que está sendo discutida. Que a
114 CNI tenta participar do PainelBio, mas o considera caótico. Que não têm conhecimento
115 sobre sua evolução e que este evento não tem a transparência que gostariam. Também
116 corrobora que a EPANB deve ser discutida na CONABIO. Finalizou comentando que tem
117 a impressão que a EPANB existe para responder uma demanda da CDB em anos de COP,
118 muito mais do que uma estratégia de longo prazo ou um plano que se consiga partir para
119 outros rumos. A Sra. **Raquel de Oliveira Alves** – MPDG concordou com a fala da Sra.
120 Elisa e criticou os objetivos, que julga confusos. Acredita que já que a CONABIO não
121 participou da elaboração desta estratégia, os membros poderiam apenas dar sugestões de
122 aprimoramento do documento. Na questão da implementação, refletiu que não é a
123 CONABIO, nem a CT e, talvez, nem todos os órgãos que deverão implementar. Em
124 relação ao monitoramento, acredita que a CONABIO também não consiga, já que é uma
125 estratégia enorme, com várias ações e deveria ser criada uma estrutura de monitoramento.
126 Indagou aos membros se a CONABIO quer ter este trabalho de monitorar. Se os membros
127 optarem por realizá-lo, é necessária a implementação da CT para realização dos estudos
128 técnicos para definir como este plano será monitorado. Por conta disso, a CT deveria se
129 apropriar deste plano e passar para a plenária as atualizações. Finalizando, concordou com
130 a opinião do Sr. João Carlos de Petribu que não estão condizentes os objetivos com os
131 resultados previstos. A Sra. **Iona'i Moura** – MMA explicou que a intenção da proposta é
132 que a CT apoie e assessorie a CONABIO no acompanhamento desses temas, cumprindo
133 os objetivos descritos, não necessariamente sozinha. Que ela sirva como uma instância,
134 reunindo-se de forma mais frequente, para assessorar a comissão. Informou também que,
135 como houve inversão da pauta, na parte da tarde, haverá uma apresentação sobre o status
136 da EPANB. A Sra. **Marília Marques Guimarães Marini** – MMA encerrou o turno
137 matutino, sugerindo que, à tarde, inicie com a apresentação sobre as atualizações da
138 EPANB e, na presença do Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA, se retome
139 as discussões sobre a Câmara Técnica.

140 Na parte da tarde, o Sr. **Ugo Eichler Vercillo** – MMA, aguardando a presença do quórum
141 mínimo, reiniciou a reunião solicitando que a Sra. **Raquel de Oliveira Alves** – MPDG,
142 apresentasse sobre o BIOFIN, que é um projeto do PNUD que tem por objetivo final a
143 mobilização de recursos para biodiversidade. Em seguida, a Sra. **Iona'i Moura** – MMA
144 apresentou as atualizações da EPANB. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** –
145 MMA, pediu a palavra para reforçar que acredita que a EPANB é mais do que um
146 documento, é um processo e que sua força vai depender do nível de engajamento e o
147 quanto isso vai contribuir para as pessoas coordenarem suas ações, mapearem melhor o
148 que está agindo no escopo de uma determinada meta que estão trabalhando ou para dar
149 visibilidade às ações que estão sendo construídas. Informou que estarão finalizando esta
150 segunda fase nos próximos meses e que na reunião do PainelBio (24 e 25 de maio) existirá

151 um espaço para discutir sobre o futuro, sobre como manter este processo vivo, depois que
152 acabar o recurso que existe para gastar neste projeto. Comentou que talvez, a Biosfera
153 (plataforma de comunicação/interconexão do MMA) seja utilizada para continuar esse
154 processo de recebimento de dados/sugestões/contribuições/atualizações para a EPANB,
155 sendo possível a participação de instituições que não sejam o MMA. A Sra. **Raquel de**
156 **Oliveira Alves** – MPDG arguiu que é necessário fazer uma discussão e uma reflexão em
157 relação à EPANB. Julga importante fortalecer o PainelBio, fortalecer a CONABIO, mas
158 é preciso determinar, claramente, qual a relação dessas instituições com a EPANB. Ainda
159 acrescentou a Câmara Técnica, se esta existir. Acredita que são muitos fóruns para discutir
160 o mesmo assunto, sem ter informação exata do papel de cada um. O Sr. **Rodrigo Lima**
161 (ouvinte, representante da Agroícone/Ibá) comentou que não compreende o
162 funcionamento do PainelBio, a delimitação dos indicadores, por exemplo, e o caracteriza
163 como obscuro. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA respondeu que a
164 EPANB é um processo, que não é um documento, ou um marco. Que poderá continuar
165 recebendo contribuições, até para o incremento ou modificação dos indicadores, ao longo
166 dos anos. A proposta não é engessada. Em relação ao questionamento da Sra. Raquel,
167 sobre qual fórum (PainelBio, CONABIO ou CT) seria o mais adequado para acompanhar
168 a estratégia, ele julgou o PainelBio como um “pano de fundo”, um fórum com um papel
169 mais ampliado da sociedade em seus diferentes setores. Sobre a CONABIO e sua CT, ele
170 acredita que tenham a função de transformar o documento em processo e, especialmente,
171 a CT como um dos mecanismos para manter este processo vivo e interessante para os
172 outros ministérios e as organizações. Concordou que deve existir, explicitamente, uma
173 relação dos papéis de cada fórum. Sugeriu que talvez esse seja um dos primeiros desafios
174 da CT: colaborar para a definição de papéis entre PainelBio, CONABIO, EPANB, etc. O
175 Sr. **Rodrigo Lima** (ouvinte, representante da Agroícone/Ibá) solicitou esclarecimentos
176 sobre o que será discutido na próxima reunião do PainelBio. O Sr. **Carlos Alberto de**
177 **Mattos Scaramuzza** – MMA informou que o MMA utilizará o PainelBio como uma
178 caixa de ressonância e repercussão para descrever o que foi possível avançar da versão 2
179 (atual) para a 3, especialmente, nos planos de comunicação, mobilização e
180 monitoramento. Também haverá espaço para discutir sobre o futuro da EPANB e obter
181 insumos para a versão 3. O Sr. **Rodrigo Lima** (ouvinte, representante da Agroícone/Ibá)
182 questionou se a ideia da secretaria era que, a partir da versão 3, a estratégia fosse
183 submetida à CONABIO. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA
184 respondeu que não. Não para aprovação. Que no seu entendimento não existe a obrigação
185 dessa versão ser aprovada pela CONABIO. Informou não ter conhecimento de algum
186 documento que diga que a CONABIO deva aprovar as versões. O Sr. **Rodrigo Lima**
187 (ouvinte, representante da Agroícone/Ibá) mencionou o consultor que está trabalhando
188 com a EPANB. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA informou que ele
189 está fazendo uma ficha técnica para esses indicadores. O Sr. **Rodrigo Lima** (ouvinte,
190 representante da Agroícone/Ibá) questionou se o consultor faria este levantamento
191 somente com os 28 indicadores ou se haveria alguma possibilidade de adicionar mais
192 indicadores. A Sra. **Iona'i Moura** – MMA respondeu que o consultor está balizando os
193 28 indicadores e mais alguns outros que foram incluídos para serem analisados. Dessa
194 seleção, ele fará uma ficha técnica de cada um e, após, iniciará o terceiro produto, que é
195 a estratégia de monitoramento. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA
196 ainda complementou que se aparecer, nesse interim, um indicador promissor, é possível
197 incluí-lo na proposta da estratégia. Não no site da CDB, atualizando-a uma vez por mês,
198 mas assim que houver um determinado acúmulo de novos e bons indicadores, ficaria a
199 disposição para avaliar qual o melhor momento para incluí-los. Sempre lembrando da
200 intenção de que a estratégia se torne um processo útil para a sociedade brasileira e não

201 um documento para ser entregue na Convenção. O Sr. **Rodrigo Lima** (ouvinte,
202 representante da Agroicone/Ibá) mencionou que a CONABIO, diferentemente do
203 PainelBio, é um fórum equilibrado com representantes do governo, ONGs, sociedade
204 civil, setor privado e indígenas. Tendo, portanto, uma capacidade de contribuir de forma
205 mais diversa, incrementando a proposta. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza**
206 – MMA explicou que quem engendrou o processo foi a Secretaria de Biodiversidade, que
207 envolveu as demais secretarias, as vinculadas, os ministérios e fez consulta às instituições
208 participantes, mas que nem todas aderiram. Complementou que o PainelBio foi mais um
209 ator que recebeu este documento e foi uma forma de conseguir um maior interesse e
210 engajamento em relação a este processo. Reforçou que, no seu entendimento, a
211 CONABIO deve ser consultada e convidada a participar, mas que não é necessária sua
212 aprovação. O Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho** – CNA concordou com o Sr.
213 Rodrigo Lima e reiterou que, consultando o regimento interno da CONABIO, no seu
214 artigo 1º, inciso 3º, é colocado que tem que ser aprovado pela CONABIO. Percebeu este
215 documento como um relatório que pode ser apresentado à CDB. Que as versões 1, 2 e 3
216 são relatórios de um documento que vai ser o documento final nacional. Afirmou que a
217 CONABIO deve deliberar e acrescentou que saindo da CONABIO, ainda deveria passar
218 pelos ministérios, para saber qual documento o MRE apresentaria como documento final
219 do Brasil. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA não classificou este
220 documento como relatório. Mencionou que o 4º, 5º e 6º relatórios são aprovados neste
221 formato, dentro da CONABIO. Porém não tem conhecimento que a Estratégia e o Plano
222 de Ação Nacionais tenham que ser aprovados sob deliberação na Comissão. Reforçou que
223 este documento não é um relatório. A Sra. **Marcia Chame** – MS observou que a EPANB,
224 com este formato, como está escrito, não está no regimento, que é anterior a ela. Portanto,
225 não está explicitamente colocado com este nome. No entanto, ela afirmou que esta não é
226 a história da comissão. Colocou que a CONABIO vem trabalhando desde seu início com
227 o entendimento de que documentos que se referem à política de biodiversidade foram
228 construídos ou acompanhados e avaliados por esta comissão, garantida por uma comissão
229 paritária. Lembrou que dentro do colegiado, sempre se trabalhou pelo consenso. E que
230 não vê coerência na criação de uma CT para algo que não pode ser avaliado. O papel de
231 avaliar, participar, acompanhar o processo é da comissão, até para que ela se fortaleça, e
232 possa apoiar o governo, nestes tempos difíceis em relação à questão ambiental no mundo
233 inteiro. Então acredita que devemos aproveitar a existência da comissão desse nível para
234 que as políticas sejam fortalecidas, assim como o posicionamento do Brasil e que se
235 discuta internamente e se busque o consenso. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos**
236 **Scaramuzza** – MMA registrou que a história da CONABIO mudou. Muito diferente de
237 anos anteriores, onde existiam cinco analistas atuando exclusivamente na Secretaria
238 Executiva do colegiado, atualmente, conta com apenas uma pessoa no apoio
239 administrativo, que trabalha, dentre outros assuntos, com a CONABIO. Comentou sobre
240 alguns episódios difíceis (discussão sobre as Metas Nacionais e o Relatório Nacional),
241 onde a relação custo-benefício foi bastante afetada. Opinou que se o fórum for utilizado
242 para melhorar a qualidade de um documento, ele concorda em utilizá-lo. Porém, se este
243 for utilizado para retardar e criar dificuldades e, não estando escrito na lei que deva ser
244 desta forma, ele prefere gastar o pouco tempo que ele e sua equipe têm, para promover
245 uma mudança na realidade, debatendo e construindo projetos e indicadores de grande
246 importância para o país. O Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho** – CNA pediu a
247 extinção da CONABIO. Comentou que nas últimas 3 ou 4 reuniões a comissão não
248 delibera e que os membros vão à reunião para assistir informes. Opinou que se for para
249 colocar no regimento interno todo item de estudo ou de relatório que a CONABIO deve
250 aprovar ou não, este deveria ser on-line, para que pudesse ser alterado todos os dias.

251 Acredita ser uma falta de respeito com os membros, chamá-los para ouvir informes,
252 quando existe um documento, um relatório desta magnitude para discutir e ser informado
253 pelo Sr. Scaramuzza, claramente, que não tem mais o que a CONABIO falar. Reiterou
254 que a CONABIO deveria ser extinta. Expôs que estava perdendo um dia de trabalho e
255 solicitou a presença do Secretário de Biodiversidade para que ele se manifestasse
256 contrário a deliberação sobre a EPANB na CONABIO. Ainda sem concordar, comentou
257 que seria como se não passasse mais documentos sobre o meio ambiente no Conselho
258 Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza**
259 – MMA disse que os membros têm participado dessa discussão por meio dos informes
260 sobre a EPANB em reuniões passadas. Acrescentou que existe dúvida se a CONABIO
261 deve deliberar e aprovar este assunto e discorda que exista uma obrigação legal onde os
262 membros devam deliberar e aprovar o documento. Também esclareceu que se esta for a
263 vontade do Secretário e/ou do Ministro, ele não se opõe. Porém, na sua condição de
264 Diretor de Ecossistemas e responsável pelo processo, acredita não ser necessário sua
265 aprovação na CONABIO. O Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho** – CNA
266 questionou sobre o motivo de existir quórum, o número mínimo de membros presentes,
267 para ouvir informes, já que este é exigido para deliberações e elas não estão ocorrendo.
268 Reiterou que considera o documento um relatório e, como citado no Regimento Interno,
269 a Comissão deve aprovar a metodologia, a elaboração e o texto final dos relatórios. O Sr.
270 **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA reforçou que o documento não é um
271 relatório. O Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho** – CNA não aceitou a forma como
272 este documento e os membros são tratados. Acrescentou que não compreende que,
273 existindo uma CT sobre este assunto, ele como membro, não poderá deliberar sobre os
274 documentos produzidos pela CT. Concluiu que é favorável à criação da CT e que os
275 relatórios que dela surgirem, deverão passar para o colegiado deliberar. Também solicitou
276 participação da CNA nesta CT. O Sr. **Ugo Eichler Vercillo** – MMA propôs uma pausa
277 na discussão sobre a CT da EPANB e questionou os membros sobre realizar uma
278 consultoria jurídica sobre o escopo, sobre qual o papel das CTs e se a EPANB deve ou
279 não ser trabalhada dentro na CONABIO, considerando os atos legais, para poder deliberar
280 sobre este assunto na próxima reunião. A Sra. **Raquel de Oliveira Alves** – MPDG sugeriu
281 continuar a discussão sobre a criação e composição da CT e outros temas da proposta que
282 não dependam das contribuições da CONJUR. A Sra. **Marcia Chame** – MS questionou
283 sobre que diferença efetiva que a CONABIO pode fazer na EPANB depois dela ter tantas
284 contribuições como PainelBio, corpo técnico do MMA, consultores, etc. O Sr. **Carlos**
285 **Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA respondeu que este é ainda um tema em aberto
286 e que deve ser discutido, mas acredita que cada um tem seu papel em contribuir para a
287 estratégia e eles são complementares, já que têm natureza diferenciada. Acrescentou que
288 a CONABIO tem um caráter mais oficial, por existir o decreto, a formalidade e o rito.
289 Indicou que o PainelBio tem um arranjo mais flexível e uma representação mais ampla.
290 Ele enxerga o PainelBio como uma rede de biodiversidade e de organizações ligadas à
291 biodiversidade com um caráter mais variável. Ainda opinou que é interessante constituir
292 a CT explorando, de uma melhor forma, a capilaridade da comissão, como forma de
293 mobilizar o governo federal na implementação da estratégia. A Sra. **Raquel de Oliveira**
294 **Alves** – MPDG comentou que a CT possa trazer insumos para que os membros consigam
295 se apropriar e acompanhar, de fato, sobre o andamento do processo da estratégia. Acredita
296 que é possível, por exemplo, incluir indicadores por meio da CT e especificar os papéis
297 do PainelBio e da própria CT. A Sra. **Marcia Chame** – MS indagou que, se já existe um
298 mecanismo formalizado para que o processo aconteça, qual é a capacidade dos membros
299 serem ouvidos dentro da CT. Acredita que deve-se fazer uma avaliação de energia, tempo
300 gastos com discussão de assuntos que já passaram. Concluiu opinando que a criação da

301 CT, a partir do documento 3, vai buscar mecanismos para acompanhar os próximos
302 processos, olhando e trabalhando para frente. Para ter a clareza e não desperdiçar tempo.
303 O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA respondeu que estão precisando
304 desta CT. Que para transformar a estratégia em processo e não mais em diferentes versões,
305 é necessário engajar os diferentes setores da sociedade brasileira para que este plano, cada
306 vez mais, seja um retrato da nação brasileira. Citou que a criação da CT deve fazer parte
307 da versão 3. Ela deve ser mencionada e apontada como um dos mecanismos privilegiados,
308 onde a implementação e o acompanhamento do plano se dá através desse apoio. Da
309 mesma forma que estão contando com o apoio do PainelBio. Com essa importante
310 complementariedade. A Sra. **Renata Medeiros dos Santos** (ouvinte da CNI), concordou
311 com a Sra. Marcia Chame em relação a definir o papel da CT, moldando a forma como
312 está exposta e não tendo, somente, a função de gerar recomendação, já que existem outras
313 formas de fazer isto. Reforçou que essa ação é positiva, justifica o tempo gasto e não gera
314 falsas expectativas. A Sra. **Patrícia Metzler Saraiva** – MAPA comentou que apesar de
315 não ter um posicionamento histórico e ouvindo os argumentos dos demais, acredita que a
316 EPANB deva passar pela aprovação da CONABIO. Opinou não concordar sobre a
317 existência de uma CT só para acompanhar o tema e foi favorável à consulta a CONJUR.
318 O Sr. **Ugo Eichler Vercillo** – MMA reforçou que deseja que a CONABIO seja um fórum
319 ativo e participativo, que contribua para a Secretaria de Biodiversidade executar seu
320 trabalho, não somente com a intenção de cumprir tabela. Opinou que a deliberação sobre
321 o escopo da CT da EPANB deve ser adiada e sugeriu a criação de um grupo de trabalho
322 com alguns dos membros mais ativos para discutir mais sobre o assunto. Também sugeriu,
323 antes do início do funcionamento da CT, realizar uma consulta às esferas necessárias do
324 MMA, para avaliar o que é deliberar, aprovar e recomendar. Essa consulta retorna ao GT
325 e, talvez durante uma Reunião Extraordinária (antes de setembro), seja possível
326 consolidar essas informações, fechando o escopo da CT. Os membros concordaram com
327 as propostas e os Srs. Ugo Vercillo e Carlos Scaramuzza indicaram a analista Iona'i
328 Moura como coordenadora desse grupo de trabalho.

329

330 5. INFORMES

331 O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** - MMA transferiu as últimas
332 apresentações (“Áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade” e “Plataforma
333 Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos – IPBES”) para a
334 próxima reunião e chamou a atenção dos membros para os dois períodos de avaliação dos
335 relatórios do IPBES e deu outros recados.

336

337 6. ENCERRAMENTO

338 O Sr. **Ugo Eichler Vercillo** – MMA encerrou a reunião.